

## **RELATÓRIO**

**O EXMº SR. JUIZ RICARDO MACHADO RABELO  
(RELATOR CONVOCADO):**

A presente ordem de habeas corpus foi impetrada, com pedido de liminar, em favor de Osmar Alves Ferreira, insurgindo-se contra ato praticado pelo ilustre Juízo Federal da Vara Única da Subseção de Marabá – Seção Judiciária do Estado do Pará, consubstanciado no recebimento de 02 (duas) denúncias formuladas pelo Ministério Público Federal em desfavor do ora paciente, pela prática dos crimes previstos no caput dos artigos 38 (destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção) e 41 (provocar incêndio em mata ou floresta), ambos da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), que deram origem às Ações Penais nºs 2002.39.01.000591-7 e 2002.39.01.000610-3.

Sustenta o impetrante, em síntese, a incompetência absoluta da Justiça Federal para processar e julgar os aludidos processos criminais, eis que os ilícitos penais que são imputados ao paciente, segundo noticiam os próprios autos de infração, foram praticados na Fazenda Madrugada, que é área de propriedade particular, inexistindo “... lesão direta a bens, serviços ou interesses da União que pudesse vir a legitimar o Foro Federal” (cf. fl. 06).

Por esta razão, sob a alegação de estar o paciente sofrendo constrangimento ilegal, requereu o impetrante, em sede de liminar, a suspensão do andamento das aludidas ações penais e, no mérito, a declaração de incompetência do ilustre Juízo a quo, para que os mencionados processos sejam encaminhados para a “... Justiça Comum Estadual da Comarca de Redenção – PA, local da suposta ocorrência dos fatos” (cf. fl. 12) narrados nas respectivas denúncias.

O pedido de liminar foi deferido pelo eminente Des. Federal PLAUTO RIBEIRO, para suspender o andamento das mencionadas ações penais, com base na jurisprudência deste Tribunal Regional e do col. Supremo Tribunal Federal (cf. fls. 77/78).

As informações requisitadas foram prestadas pela ilustre autoridade apontada como coatora (cf. fls. 85/87).

A Procuradoria Regional da República opinou pela concessão da ordem (cf. fls. 89/95).

É o relatório.

## **V O T O**

**O EXMº SR. JUIZ RICARDO MACHADO RABELO  
(RELATOR CONVOCADO):**

A tese defendida nesta impetração encontra-se em perfeita harmonia com o entendimento jurisprudencial, inclusive do col. Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, na Terceira Turma deste Tribunal, a questão foi decidida, por unanimidade, da seguinte forma, verbis:

“PROCESSUAL PENAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL. INQUÉRITO POLICIAL. CRIME CONTRA A FLORA. DESMATAMENTO. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO DESPROVIDO.

1 - A competência para processar e julgar os crimes ambientais não foi especificamente atribuída à Justiça Federal, exceto aqueles praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, que fazem parte de sua competência genérica prevista na Constituição Federal.

2 - Na presença da Constituição Federal de 1988 e com o advento da Lei nº 9.605, de 1998, não mais subsistem os fundamentos que sustentavam a Súmula nº 91 do Superior Tribunal de Justiça, já cancelada.

3 - Fixado o entendimento de que ‘... inexistindo, quanto aos crimes ambientais, dispositivo constitucional ou legal expresso sobre qual a Justiça competente para o seu julgamento, tem-se que, em regra, o processo e o julgamento dos crimes ambientais é de competência da Justiça Comum Estadual’ (CC nº 27.848-SP, 3ª Sec./S.T.J.); assentado que a fauna silvestre e as florestas e matas consideradas de preservação permanente (flora) não são propriedades da União Federal ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, mas bem de uso comum do povo (C.F., art. 225); estabelecido que a União Federal e suas entidades autárquicas não mais detêm o controle absoluto do meio ambiente, eis que compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios proteger e conservar as florestas, a fauna e a flora (C.F., art. 23, VI e VII), competindo, ainda, à União Federal, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (C.F., art. 24, VI); firmado que a Lei nº 9.605/1998 revogou tácita e totalmente a Lei nº 5.197/1967, já que passou a regular por inteiro os crimes cometidos com o meio ambiente, compreendendo, claro, a fauna e a flora (L.I.C.C., art. 2º, § 1º); cancelada a Súmula nº 91 do Superior Tribunal de Justiça (CC nº 27.848-SP, 3ª Sec./S.T.J.); a competência da Justiça Federal, para processar e julgar os crimes ambientais, é genérica e excepcional, prevista no artigo 109, inciso IV, 2ª parte, da Constituição Federal.

4 - A simples presença de um órgão federal, seja como agente executor-fiscalizador de normas fixadas para o meio ambiente, seja como agente responsável pelo licenciamento de atividades que, efetiva ou potencialmente, possam causar dano ao meio ambiente, no caso, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -

IBAMA, não interfere ou não pode interferir na competência da Justiça Federal.

5 - A partir da Constituição Federal de 1988, a competência da Justiça Federal, para processar e julgar crimes cometidos contra o meio ambiente, só ocorre quando praticados em terras ou águas pertencentes à União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas ou quando há ofensa a um serviço e/ou interesse específicos e direitos desses órgãos, como, por exemplo, no primeiro caso, quando praticados nos bens da União descritos no artigo 20, da Constituição Federal, ou, no segundo caso, quando cometidos no interior de uma unidade de conservação da União, como estabelecido no artigo 225, III, da Constituição Federal, ou, ainda, claro, quando trata-se de delito ecológico previsto em tratado ou convenção internacional, ou a bordo de navio ou aeronave (C.F., art. 109, V e IX).

6 - Recurso em sentido estrito desprovido” (RCCR nº 2001.43.00.002479-1/TO, Rel. Juiz PLAUTO RIBEIRO, DJ/II de 11.10.2002, pág. 63).

No mesmo sentido tem decidido a eg. Quarta Turma, também à unanimidade (cf. RCCR nº 2001.43.00.002681-3/TO, Rel. Des. Federal MÁRIO CÉSAR RIBEIRO, DJ/II 14.02.2003, pág. 23).

Por sua vez, o col. Supremo Tribunal Federal tem, inclusive, concedido ordem de habeas corpus nos casos como o presente, verbis:

“EMENTA: (1) Habeas Corpus. Crime previsto no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605, de 1998 (Lei de Crimes Ambientais). Competência da Justiça Comum (2) Denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal perante a Justiça Federal com base em auto de infração expedido pelo IBAMA. (3) A atividade de fiscalização ambiental exercida pelo IBAMA, ainda que relativa ao cumprimento do art. 46 da Lei de Crimes Ambientais, configura interesse genérico, mediato ou indireto da União, para os fins do art. 109, IV, da Constituição. (4) A presença de interesse direto e específico da União, de suas entidades autárquicas e empresas públicas - o que não se

verifica, no caso -, constitui pressuposto para que ocorra a competência da Justiça Federal prevista no art. 109, IV, da Constituição. (5) Habeas Corpus conhecido e provido” (HC nº 81.916/PA, Rel. Min. GILMAR MENDES, dt. julg. 17.09.2002).

Pelo exposto, considerando o magistério jurisprudencial acima transcrito, principalmente o entendimento do Supremo Tribunal Federal, detentor da última palavra em matéria constitucional, concedo a ordem impetrada em favor de Osmar Alves Ferreira, para declarar a incompetência do ilustre Juízo Federal da Vara Única da Subseção de Marabá – Seção Judiciária do Estado do Pará, para processar e julgar as Ações Penais nºs 2002.39.01.000591-7 e 2002.39.01.000610-3, determinando que os autos sejam encaminhados para a Justiça Estadual.

É como voto.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.